

o valor unitário de R\$ 179,00, para o item 09 com o valor unitário de R\$ 5,60, para o item 11 com o valor unitário de R\$ 24,90, para o item 13 com o valor unitário de R\$ 59,00; c) ANTONIO ELIMAR GONÇALVES DE LIMA 50994026234 vencedor para o item 03 com o valor unitário de R\$ 400,00, para o item 04 com o valor unitário de R\$ 600,00, para o item 05 com o valor unitário de R\$ 180,00, para o item 06 com o valor unitário de R\$ 180,00, para o item 08 com o valor unitário de R\$ 5,00 e; d) F C C PEDROSA EIRELI vencedor para o item 15 com o valor unitário de R\$ 120,00, para o item 16 com o valor unitário de R\$ 70,00, para o item 17 com o valor unitário de R\$ 170,00, para o item 18 com o valor unitário de R\$ 300,00, para o item 19 com o valor unitário de R\$ 230,00, para o item 20 com o valor unitário de R\$ 600,00, para o item 21 com o valor unitário de R\$ 580,00, para o item 22 com o valor unitário de R\$ 700,00, para o item 23 com o valor unitário de R\$ 24,00. Ao setor competente para providências cabíveis.  
Porto Walter – Acre, 13 de abril de 2021.

SEBASTIÃO NOGUEIRA DE ANDRADE  
Prefeito Municipal

## RIO BRANCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

### DECRETO Nº 814 DE 13 DE ABRIL 2021

“Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vencimento dos Alvarás de Localização, Funcionamento e Sanitário”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,  
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 13.874/2019 que promoveu alterações substanciais no licenciamento de atividades econômicas em todo território nacional;  
CONSIDERANDO a regulamentação da referida normativa federal por meio do Decreto nº 1.683 de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre a classificação de risco das atividades econômicas, a concessão e dispensa do Alvará e Licenciamento, no âmbito do Município de Rio Branco e dá outras providências;  
CONSIDERANDO o relevante papel da Junta Comercial do Estado do Acre no tocante à responsabilidade de gestão do sistema REDESIMPLES, cuja integração com este Município possibilitará a operacionalização desse novo modelo de licenciamento de atividades econômicas;  
CONSIDERANDO o Decreto nº 046 de 08 de janeiro de 2021, de prorrogação de vigência do Alvará de Localização e Funcionamento;  
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 5.465, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito do Estado do Acre, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da doença COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2;  
CONSIDERANDO que em virtude das mudanças nas legislações atuais supra citado, o Sistema WebPúblico necessita ser integrado com a plataforma da REDESIM;  
CONSIDERANDO o dever da administração pública de se pautar pela observância dos princípios da publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, segundo mandamento constitucional inserido no art. 37, da CF/88;  
CONSIDERANDO ainda, que a preservação do funcionamento dos estabelecimentos que necessitam dos alvarás de Localização e Funcionamento, são de fundamental importância para a garantia do emprego e da economia local,  
DECRETA:

Art. 1º Prorrogar a vigência dos Alvarás de Localização, Funcionamento e Sanitário, por 90 (noventa) dias.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2021.

Rio Branco – Acre, 13 de abril de 2021, 133º da República, 119º do Tratado de Petrópolis, 60º do Estado do Acre e 138º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom  
Prefeito de Rio Branco

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
GABINETE DO PREFEITO

### DECRETO Nº 816 DE 13 DE ABRIL DE 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

Considerando o Decreto nº 046, de 16 de janeiro de 2019, que estabelece a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Educação – SEME; Considerando o OFÍCIO/GAB/SEME Nº 198/2021, de 19 de março de 2021, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Maria da Conceição Borges de Lima, matrícula nº 55956-1, para responder pelo Departamento de Educação Infantil, da Diretoria de Ensino, na Secretaria Municipal de Educação – SEME.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de fevereiro de 2021.

Rio Branco – Acre, 13 de abril de 2021, 133º da República, 119º do Tratado de Petrópolis, 60º do Estado do Acre e 138º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom  
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
GABINETE DO PREFEITO

### DECRETO Nº 817 DE 14 DE ABRIL 2021

“Dispõe sobre os prazos para alteração da folha de pagamento, bem como a instrução dos pedidos de inserção de verbas na folha de pessoal da Administração Direta e Indireta desta municipalidade”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,  
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar e uniformizar os procedimentos da área de gestão de pessoas no âmbito do Município de Rio Branco, no tocante aos seus serviços administrativos, por meio da Secretaria de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação-SEGATI;  
CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de atender o princípio da eficiência no controle de gastos públicos com despesas de pessoal e encargos sociais no âmbito do Poder Executivo;  
CONSIDERANDO o decreto nº 509 de 18 de fevereiro de 2021, que estabelece o calendário de pagamento das remunerações dos servidores do Poder Executivo do Município de Rio Branco e a data de entrega de documentos pelos órgãos da Administração Direta e Indireta e dá outras providências,  
DECRETA:

Art. 1º Para fins de cumprimento do presente Decreto, as inserções em folha de pagamento das nomeações dos cargos efetivos, em comissão e contratações para funções temporárias, além das designações de funções gratificadas ocorrerão até a data estabelecida no cronograma constante no Decreto nº 509, de 18.2.2021.

Parágrafo único. Após o prazo estabelecido no Decreto nº 509/2021, as inserções de dados serão realizadas no fechamento da folha de pagamento do mês subsequente, salvo na hipótese de existir folha suplementar para realização desta espécie de pagamento.

Art. 2º Os pedidos de implantação em folha de pagamento das variadas verbas previstas na legislação municipal, enviados mensalmente à Secretaria de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação, deverão estar acompanhados de documentos comprobatórios, que demonstrem a ocorrência do fato gerador, que é a consumação da situação fática prevista na norma, e que justifica o pagamento da vantagem.

Parágrafo único. As vantagens seguirão para inserção em folha de pagamento após a análise de conformidade da documentação pelo Secretário de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação ou pela Diretora de Gestão de Pessoas, que encaminhará para o Chefe do Executivo Municipal para apreciação e autorização.

Art. 3º No que diz respeito às verbas que mais impactam a folha de pagamento, os documentos comprobatórios que devem acompanhar as solicitações são os seguintes:

I - adicional de plantão: escala de serviço, com a aprovação do gestor responsável, folha de ponto do plantão e relatórios das atividades realizadas.

II - indenização de campo e transporte: relatório das atividades realizadas, homologado pela chefia imediata.

III - complementação de carga horária (serviço suplementar): folha de ponto do servidor, atestada pela chefia imediata e relatório de produtividade.

IV - adicional por serviço extraordinário: folha de ponto do servidor, com a indicação da hora extra, acompanhada da justificativa do serviço extraordinário, pela chefia imediata.

Art. 4º A existência de pendência documental impedirá a inserção dos dados na folha de pagamento de pessoal.

Parágrafo único. Caso a regularização da pendência ocorra após os prazos estabelecidos no Decreto nº 509/2021, o pagamento da remuneração ou da vantagem pecuniária será efetuado na próxima folha de pagamento.